TOMO

Artigo recebido e
publicado em 2004

DUAS TESES SOBRE A TEORIA MARXISTA DO ESTADO

César Ricardo Siqueira Bolaño

Autonomia relativa e limites: fronteira da contribuição derivacionista.

A questão da autonomia relativa do estado, tão cara a Poulantzas, aparece também em Blanke, Jurgens e Kastendiek nos seguintes termos:

com esta análise sobre como a força coercitiva extra-econômica opera, nós desenvolvemos de fato o conceito de 'particularização do Estado'. Mostramos porque o 'Estado' (como uma estrutura concreta) constitui, em essência, uma força geral de coerção que confronta mesmo o burguês individual (capital individual em concorrência) como uma instância neutra, separada, mas que, ao mesmo tempo, e somente através dessa separação, é, em virtude de sua existência, uma força central garantidora da lei, uma força de classe. Precisamente para ser uma força de classe, o Estado precisa 'particularizar-se' (sich besondern) da classe dominante (BJK, 1974: 129).

A posição é sensivelmente semelhante à de Hirsch que, no trecho a seguir, introduz ainda a problemática da fiscalidade como limite à ação do Estado:

TOMO	São Cristóvão-SE	Nº VI	Ano - 2003
------	------------------	-------	------------

a condição geral para o Estado poder garantir as 'condições gerais e externas' do processo de produção capitalista, i. e., para mediar necessidade e possibilidade, descansa em última instância no fato de que o Estado burguês, como uma instância situada acima do processo de produção direto, só pode manter sua forma se o processo de reprodução do capital for garantido e sua própria base material, assim, assegurada. Isso se manifestará necessariamente como o interesse político e burocrático específico dos possuidores do poder de Estado e seus agentes na salvaguarda da reprodução do capital e das relações capitalistas. É por isso que o Estado burguês deve funcionar como um Estado de classe mesmo quando a classe dominante ou um setor dela não exerce diretamente influência sobre ele (Hirsch, 1974:66).

Em Altvater a questão aparece nos termos da contradição entre os capitais individuais e o Estado:

se o Estado exprime o interesse geral do capital, ele não o faz sem contradição. Isso se deve ao fato de que o conceito de existência média do capital não está de acordo com as ações e os interesses da miríade de unidades de capital que são, enquanto tais, diferentes uns dos outros... O Estado não é portanto jamais verdadeiramente, nem completamente, nem materialmente um capitalista, mas simplesmente um capitalista global, fictício ou idealizado. Eis aí o conteúdo da categoria 'autonomização do Estado'... O capital por ele mesmo é incapaz de produzir seus fundamentos. Sob a pressão da concorrência, o capital é obrigado a utilizar todos os seus recursos ao máximo, sem ter em conta as conseqüências sociais e materiais que disso resultam. Conseqüentemente, o capital tende a destruir suas próprias bases sociais. Assim, a posição das pré-condições sociais à acumulação do capital não é possível senão dentro de uma estrutura organizacional que escape diretamente das limitações e das restrições do mercado ... A forma adequada do Estado no capitalismo é portanto a de ser específico que se opõe às unidades do capital (Altvater, 1972:138 e seg.).

Seja como for, é forçoso reconhecer que os derivacionistas não dão conta do problema da autonomia relativa do Estado, permanecendo sua

contribuição basicamente em relação ao segundo termo do binômio. O problema é particularmente evidente na chamada escola da lógica, também conhecida como escola de Berlim:¹

o esquema lógico adotado era, essencialmente, partir dos fundamentos do MPC, identificar carências e conflitos nesse nível de análise (grifo do autor) e, finalmente, inserir a FORMA ESTADO como a 'outra metade', a contrapartida, o complemento que, em existindo, torna viável a reprodução do sistema. Nesse raciocínio, o conflito de classes e relações de dominação não estão, de forma alguma, desconsiderados. Seria exagerado atribuir a esses autores tal postura. A questão reside em como elas se inserem. Elas são supostas apenas a nível dos determinantes que derivam o Estado, mas não a nível do próprio Estado, enquanto institucionalidade implementadora das medidas necessárias à reprodução do sistema. Os conflitos imanentes definem os parâmetros que dão conformação ao 'interesse geral', conforme apontado por B/J/K. O Estado emerge, então, como entidade voltada para sanar as deficiências. Como decorrência dessa peculiar construção teórica, essas análises parecem omitir as relações de dominação e, mais ainda, parecem sugerir que, embora o capitalismo seja um sistema marcado pelo antagonismo e conflitos imanentes, a relação Estado x Sociedade pode ser harmônica e complementar (Prado, 1985:44).

Ora, o problema que Prado aponta não é outro senão aquele do risco da eliminação de liberdade da história em análises que permanecem excessivamente presas a uma linha de determinação do abstrato ao concreto, sem equacionar adequadamente as questões presentes nesse

¹ O debate alemão dos anos 70 sobre a derivação do Estado opunha, segundo Jessop (1977), duas escolas: a de Berlim (ou escola da lógica), cujos principais nomes são os de Müller, Neusüss, Altvater, Blanke, Jürgens e Kastendiek, e a de Frankfurt (ou da derivação histórica), cuja figura de maior destaque é Hirsch. Holloway e Picciotto (1977) acrescentam uma terceira divisão, constituída pelo trabalho de Flatow e Huiskens (1973), a derivação pela superfície, freqüentemente citado como pertencente à escola da lógica. Além da coletânea de Holloway e Picciotto (1977), que contém as principais contribuições ao debate, vale consultar Vincent (1975). Uma boa reconstituição de todo o debate foi feita no Brasil por Prado (1985). Vide também (Bolaño, 1994 a).

trajeto.² Mas o que cabe dizer, por ora, é que, se isso ocorre, não era em absoluto esse o objetivo da escola de Berlim. Instaura-se então um impasse:

embora fundando a necessidade da FORMA ESTADO em contradições imanentes do MPC, enfatizam um aspecto fundamental da problemática do Estado: sua capacidade de articular a dominação de classe sob uma forma tendencialmente consensual, onde os diversos interesses de classe são, de alguma forma, obrigados e os agentes sociais tendem a reconhecer no Estado um poder legítimo de arbitrar os conflitos, sem a necessidade permanente do uso aberto e explícito da coerção física. Esses aspectos do moderno Estado capitalista compõem o objeto por excelência do conceito de hegemonia, tal qual desenvolvido pelos pensadores políticos que se apóiam no pensamento gramsciano. Embora não tratando, em momento algum, dos problemas teóricos envolvidos no conceito de hegemonia, essas derivações demarcam, implicitamente, a necessidade da sua consideração. Isso significa, no essencial, o reconhecimento implícito da relevância das análises que tomam por objeto exatamente essa capacidade do Estado de organizar o 'interesse geral', ou seja, organizar a hegemonia. Isso, por sua vez, nos conduziria às abordagens neo-gramscianas (sempre referidas, no debate, como aquelas que defendem a autonomia do político), cuja crítica, como vimos, constituiu-se no ponto de partida do debate³ (idem:48).

² Sobre o tema vide (Bolaño, 1994 a).

³ Holloway e Picciotto colocam a questão nos seguintes termos: "o debate sobre a 'derivação do Estado'... vê no grande trabalho de Marx não uma análise do 'nível econômico', mas a crítica materialista da economia política, i. e., a crítica materialista das tentativas burguesas de analisar a 'economia' isoladamente das relações de exploração de classe sobre as quais está baseado, conseqüentemente, as categorias elaboradas n'O Capital (mais valia, acumulação, etc) são vistas não como sendo específicas para a análise do 'nível econômico', mas como categorias do materialismo histórico elaboradas para iluminar a estrutura do conflito de classes na sociedade capitalista e as formas e concepções (econômicas ou outras) geradas por essa estrutura. Segue-se que a tarefa não é desenvolver conceitos políticos para complementar o rol dos conceitos econômicos, mas desenvolver os conceitos d'O Capital na crítica não apenas da forma econômica mas também da forma política das relações sociais" (Holloway e Picciotto, 1977:4). Para uma crítica a essa interpretação, vide (Bolaño, 1994 a:2, nota 2).

Nesses dois trechos Prado aponta com precisão o impasse a que havia chegado a escola da lógica: referendar a posição dos teóricos políticos (para usar a expressão de Holloway e Picciotto) ou redundar num funcionalismo afirmativo de uma espécie de caráter harmônico do capitalismo. Uma solução óbvia para o impasse, pelo que se depreende do que vem de ser dito, seria algum tipo de incorporação da contribuição dos mais importantes ou de algum dos mais importantes teóricos políticos, como Poulantzas, o próprio Offe ou Gramsci evidentemente. Essa era, na verdade, a solução apontada por Jessop no seu artigo de 1977⁴.

Outra solução seria, como já tive a oportunidade de sugerir (Bolaño, 1994 a) a articulação entre os referenciais derivacionista e regulacionista, definindo, por exemplo, ao nível da análise das funções uma dupla condição de funcionalidade a ser preenchida pelo Estado no capitalismo, referida aos dois grandes conjuntos de políticas (sociais e de acumulação) de que Altvater fala em texto bem mais recente (1987). Com isto, estaríamos acrescentando à análise da autonomia relativa do Estado em relação ao capital aquela da contradição interna ao próprio Estado. O interesse nesse tipo de solução reside no fato de que permite passar da análise da forma à das funções sem rupturas, incorporando ao referencial derivacionista um instrumental analítico dos mais acurados, como demonstra, por exemplo, a discussão que Altvater faz sobre a dinâmica regulação/crise. Apenas para ilustrar o ponto, cito um trecho em que o autor procura explicar como, na crise, a contradição entre política econômica e política social se resolve no seio do próprio Estado:

⁴ Em seus trabalhos mais recentes, entretanto, Jessop (1985, 1988) abandona decididamente o referencial derivacionista em favor da incorporação de um referencial regulacionista que permitiria, segundo o autor (1988) uma passagem mais fácil das determinações imanentes à análise do processo histórico concreto. Mesmo concordando com a necessidade de incorporar certas categorias desenvolvidas pela escola francesa da regulação, não creio que seja essa a solução mais adequada. De fato, a posição mais recente de Jessop a esse respeito incorpora de forma a-crítica o referencial regulacionista, cujas insuficiências só podem ser contornadas deixando claro que a sua grande contribuição teórica situa-se exclusivamente naquele nível de abstração onde se pode proceder à articulação entre as determinações mais gerais e a análise do processo histórico concreto, o que não elimina a necessidade de um referencial teórico mais abstrato como, por exemplo, aquele da derivação.

quando a crise econômica, enquanto crise social, assume a forma da desagregação, atinge o sistema estatal, antes de mais nada, como crise daqueles paradigmas econômico-políticos que remontavam à fase de acumulação mais intensa. Isto, porém, não é tudo, na medida em que a mencionada relação entre política econômica e política social se desloca, em regra, a favor da política econômica. Esta última, enquanto conversão político-ativa da função de acumulação, torna-se prioritária em relação à função de legitimação. O sistema estatal desenvolve nesta fase uma necessidade de intervenção acrescida, de vez que, com a desagregação social, a contraditoriedade dos interesses presentes é mais difícil de filtrar ou recompor no plano das providências políticas (Altvater, 1987:93)⁵

Logo adiante, o autor deixa clara a forma da sua atual adesão ao regulacionismo, além de tentar uma explicação estrutural do avanço das teses neoliberais durante a crise. Assim,

a crise também é regulação, solução, reestruturação das relações e – em nome da exatidão – não só na economia, mas também no mais amplo contexto social. Na economia, regulação significa, em primeiro lugar, o restabelecimento do rendimento da produção e da acumulação através de processos de desvalorização, adequação da estrutura

⁵ A referência à idéia de “filtragem” pode não significar muito tomada isoladamente, mas aliada à preocupação do autor com a questão da “racionalidade burguesa quantitativa” e sua crise (Altvater, 1983) e mesmo a ênfase na relação entre política econômica e política social mostra uma, a meu ver bastante evidente, aproximação com a problemática de Offe que, por seu turno, tem evoluído também em relação à posição que o notabilizou no debate contra a escola da derivação. Não é o caso aqui de entrarmos na discussão do importante trabalho de Offe (vide Offe, 1984, que reúne textos importantes do autor desde o início dos anos 1970 até o início dos 1980). Vale, de qualquer forma, salientar a influência que suas análises vêm exercendo não apenas sobre Altvater, mas também sobre Hirsch nos seus trabalhos mais recentes. A idéia deste último de “estatificação” da sociedade capitalista, que é a base de sua contribuição no recente debate sobre a reformulação da teoria do Estado (vide Hirsch, 1983 e Bonefield, 1987) aproxima-se das (e em certo sentido avança em relação às) posições de Offe sobre a mercantilização promovida pelo Estado das relações sociais no capitalismo.

de preços, reestruturações no âmbito da produção, mudanças no mercado mundial, etc. As implicações políticas e sociais deste processo de reestruturação são determinadas, antes de tudo, pela economia. É típico de toda crise o fato de que a política se concentre na produção das condições favoráveis para a funcionalidade da economia...O método mais experimentado para este fim é sempre deixar que a dinâmica econômica faça seu jogo, entendido como uma adequação às exigências de valorização, brutalmente imposta pelas forças de mercado. A política retrai-se diante dos fatos econômicos, servindo-se deles como de um projeto político. É esta a base material para programas e ideologias neoliberais, que em geral adquirem significado na crise. Eles não aceitam as instituições do compromisso ... [apoiando-se] na força legitimadora dos processos de mercado, que é capaz de utilizar a política para seus próprios fins ... Contudo, é evidente que este processo de adequação forçada e de reestruturação deverá ter, num certo ponto, uma conclusão provisória, no mais tardar quando o processo de acumulação de capital estiver novamente em ação, requerendo relações de trabalho o menos possível conflitivas ...Mas a base material e ideológica do consenso estará modificada neste processo. E, se não for possível garantir o consenso no curso da acumulação e no âmbito de suas exigências, então ele é substituído pela repressão por parte dos aparelhos estatais respectivos (idem:24 e seg.).

esta perspectiva que localiza a contradição no seio do próprio Estado e de seus aparelhos, permitindo analisar a disputa propriamente política que se processa não apenas por, mas também no interior desses mesmos aparelhos, sinaliza claramente uma resposta, em termos de uma teoria da regulação, ao questionamento feito por Prado a esse respeito. Ora, é justamente nesse sentido a contribuição de Poulantzas na sua análise da "ossatura material" do Estado capitalista, sobretudo em seu trabalho de 1978, mas também em análises mais empíricas como as de 1974. Esse fato aponta, por outro lado, para uma aproximação entre a derivação e Poulantzas, o que, diga-se de passagem, não está absolutamente (nem Poulantzas nem, hoje, a derivação) no horizonte de Altvater. Voltarei a esse ponto na segunda parte deste texto.

Antes, retomemos a questão da autonomia relativa do Estado. Ela está intimamente ligada à questão, simétrica, dos limites. Vejamos como Altvater coloca o problema:

as funções do Estado provêm sempre de um dado fundo social de capital, limitando por isso mesmo a acumulação das unidades privadas de capital. Essa limitação é consequência direta do fato de que o Estado é um elemento não capitalista dentro de uma sociedade capitalista, sendo, de outra parte, um capitalista de pleno emprego ...[por isso], o crescimento das atividades do Estado agudiza as contradições da sociedade capitalista (Altvater, 1972:142).

A questão fiscal aparece aqui, portanto, como expressão, ao nível da análise das funções, daquilo que Blanke, Jurgens e Kastendiek (1974) chamaram de limite sistema. Mas, na relação contraditória entre o Estado e os capitais individuais a questão dos limites (e o imposto como expressão deles) tem um duplo sentido:

por intermédio da limitação da jornada de trabalho ou de restrições jurídicas, etc., o Estado fixa barreiras externas à criação do valor pelo capital. Superficialmente, essas barreiras negativas se apresentam às unidades de capital sob a forma de impostos, de encargos sociais, etc., que fornecem serviços a comunidade que limitam o consumo individual e/ou a produção de mais valia ... O estado é assim definido como uma instituição da sociedade capitalista da qual é independente e à qual domina, aparecendo simultaneamente como fundamento interno dessas sociedades e como restrição negativa à formação do valor (idem:146 e seg.).

A questão do imposto seria tratada pouco mais tarde por Bruno Theret, cujo trabalho de 1979 (escrito justamente com o objetivo de esclarecer certas insuficiências da posição derivacionista de Salama, 1979) represente o que de melhor se produziu na França na esteira do debate alemão. Theret não se limita nesse texto a referendar certas posições do debate original (como a visão de Estado como força de coer-

ção extra-econômica, que deve ser derivado ao nível do capital em geral, ou como capitalista coletivo ideal, garantidor das condições gerais de reprodução, ao nível teórico da concorrência), mas propõe uma solução em grande medida original, incorporando contribuições importantes como a de Foucault na análise da relação de dominação em geral, visto o Estado capitalista como uma forma específica de dominação estatal. Aqui, vamos procurar recuperar apenas uma parte dessa interessante contribuição de Theret. Segundo o autor, o processo de ampliação da dominação estatal capitalista se afirma através de um movimento de objetivação da dominação, ou de legitimação por integração, em que a dominação estatal se materializa, ao mesmo tempo em que se afina a tecnologia de dominação, na expressão de Foucault. O que vale ressaltar é justamente o caráter material dos meios de dominação, o que serve para explicar porque, na expressão de Marx, “o Estado é o imposto”:

o Estado já não é somente uma relação de apropriação/expropriação dos meios para o exercício da violência desde o momento em que a dominação deve ser objetivada, é também uma relação com certos meios de produção, certos meios de intercâmbio e certos meios de consumo. Converte-se, então, por isso mesmo, em uma relação de produção, em uma relação de intercâmbio e em uma relação de consumo, mas sempre sobre a base de uma relação específica que o constitui e que, em última instância, lhe dá sua especificidade: o monopólio da violência legítima e sua concreção econômica, o imposto (Theret, 1979:134).

Assim, a relação Capital-Estado é tal que um detém os meios de reprodução do outro (o capital os meios que, através do imposto, garantem a reprodução do aparelho do Estado e este, o monopólio da violência que o torna força de coerção extra-econômica, garantidora das condições gerais para a reprodução do capital). É essa relação (que o autor explora mais em trabalhos posteriores – 1989, 1991, 1992) que define tanto os limites quanto a autonomia relativa do Estado:

o Estado como capitalista coletivo engloba o capital como relação de produção enquanto socializa essa relação, mas na medida em que se reproduz antes de mais nada a partir da reprodução dos múltiplos capitais, não é também mais uma parte dessa reprodução ... Essa dupla relação entre Estado e capital é uma relação contraditória que, ao mesmo tempo em que dá ao Estado uma autonomia relativa, fixa-lhe seus limites ... Para retomar o conceito de Engels, o Estado não pode ser mais que um capitalista coletivo ideal, não pode ser o capitalista em geral, já que um capital realmente coletivo, como um coletivo realmente capitalista, não pode existir enquanto a concorrência capitalista nos remeter diretamente aos próprios fundamentos do capital em geral, quer dizer, ao fato de que é uma relação de exploração ... É precisamente essa impossibilidade da existência de um caráter democrático formal com seu corolário: o efeito de isolamento, quer dizer, sua aparência de ser uma relação dos indivíduos com a sociedade global (Theret, 1979:135 e seg.).

Mas Theret vai além na análise da contradição. Da mesma forma em que a contradição interna da mercadoria entre valor de uso e valor de troca se resolve através da constituição da moeda, uma mercadoria especial que se separa das demais para expressar através de seu valor de uso o valor de troca de todas as outras, também a contradição Estado-capital se resolve “no próprio seio da unidade de seus termos”. Assim,

no caso da classe dominante capitalista, a contradição se resolve ... pela aparição de uma fração de classe que se separa do conjunto para representar as outras frações através de seu caráter estatal. Da mesma forma em que a moeda expressa o valor de troca ... sem que ela mesma tenha um valor de troca ... a fração estatal da burguesia representa, expressa o capital sem formar parte dele num sentido estrito, ela é, dentro do Estado, o equivalente geral de todas as demais frações da classe capitalista e é a única fração da classe dominante que, por não ser verdadeiramente capitalista, unifica a contradição Estado/capital e a resolve em seu conjunto. Essa fração da classe dominante capitalista é idealmente capitalista e nada mais, é o capitalismo

coletivo em idéia. Ela representa o capital em geral no seio do Estado, ela executa a derivação do Estado a partir do capital, mas não por isso lhe interessa o movimento do capital. Podemos chamar a essa fração da classe dominante capitalista de burocracia capitalista de Estado. Definitivamente, mais do que falar em autonomia relativa do Estado frente ao capital, poderíamos talvez falar em unidade contraditória do Estado frente ao capital ... quando se desenvolve a autonomia de um dos dois termos, isso se faz por contradição com o outro (idem:138).

É nestes termos que Theret leva a seus limites a posição derivacionista no que se refere à contradição capital-Estado. O autor aponta ainda, nos seguintes termos, o tema das contradições internas ao próprio aparelho de Estado:

para nós, um aparelho de Estado tem, em relação ao Estado, uma relação idêntica à que existe entre uma empresa e o capital. Da mesma forma que uma empresa pode ser considerada como uma unidade de valorização do capital, uma unidade de produção, de circulação ou de intercâmbio, de acordo com a forma funcional do capital que se esteja considerando, um aparelho de Estado é uma unidade institucional de reprodução (ampliada) das relações estatais, unidade que se especifica pelo tipo de relação estatal que se deve reproduzir (idem:126).⁶

⁶ Mais adiante o autor deixa claro o nível de abstração em que esse problema da pluralidade institucional deve ser tratado: "portanto, se não é correto definir o Estado através de uma ou várias funções no nível mais abstrato de suas determinações gerais, faz-se necessário definir algumas funções do Estado ou algumas formas funcionais do Estado, assim que descendemos aos níveis de abstração aproximando-nos das modalidades concretas da reprodução estatal vista do ponto de vista de sua relação com a reprodução do capital." (idem:140). Sobre esse trecho, parece-me oportuno fazer um pequeno esclarecimento: mesmo sendo justa a afirmação da incorreção de uma derivação a partir de qualquer função ao nível mais abstrato, uma abordagem derivacionista não pode prescindir de determinar, a partir da análise da forma, a função geral que pode ser cumprida pelo Estado a esse nível de abstração (Bolaño, 1994 a). O próprio autor não deixa de fazê-lo, ao derivar a função geral de monopólio da violência legítima. A não definição dessa função geral impossibilita mostrar a unidade interna entre capital e Estado numa ótica derivacionista, onde a lógica do capital prevalece sobre as outras formas de relação social e as subjuga. É

Sobre a possibilidade de uma aproximação entre a derivação e Poulantzas.

Limitar-me-ei aqui ao trabalho de 1978 de Poulantzas. Para um estudo minucioso da obra do autor, vide Jessop, 1985. Embora a crítica que o autor faz ao debate alemão (58 e seg.) evidencie uma compreensão falha do sentido da derivação, ela encerra uma verdade: a derivação feita no bojo do debate alemão dos anos 1970 é insuficiente para explicar a especificidade material do Estado capitalista e suas contradições internas. Para o autor, a materialidade institucional do Estado está ligada à divisão social do trabalho entre trabalho manual e trabalho intelectual, à apropriação do conhecimento científico por parte do Estado devido à necessidade de legitimação da dominação através de uma ação

claro que no movimento histórico concreto podem ser detectados casos em que um determinado Estado capitalista se move de modo completamente oposto ao que seria teoricamente esperado, solapando as próprias bases para a acumulação do capital num espaço nacional (seria o caso, por exemplo, do retrocesso do processo industrial em certos países da América Latina no período das ditaduras militares dos anos 1960 e 1970). Mas isso obviamente não altera o fundo da questão, colocando, isto sim, o problema da relação entre história e teoria e da passagem do abstrato ao concreto (Bolaño, 1994 a, b). Ao invés de reconhecer explicitamente esse problema teórico e enfrentá-lo nas bases aqui formuladas, Theret, nos seus escritos mais recentes (1989, 1990, 1991 b), prefere abandonar por completo o referencial derivacionista, considerando agora pelo autor (não totalmente sem razão, ainda que com um certo exagero) como funcionalista e economicista. A mesma objeção que faço a essa afirmação de Theret sobre a definição de uma função geral do Estado ao nível da análise da forma, que é o núcleo da sua oposição ao derivacionismo, se aplica à crítica que o autor fará à noção de Estado subjacente na escola francesa da regulação. Segundo Boyer, as análises regulacionistas em geral não se situam ao nível de uma teoria do Estado, procurando antes caracterizar "as diversas formas de Estado e seus efeitos sobre a dinâmica econômica". Nesse sentido, *"o Estado aparece como a totalização, freqüentemente contraditória, de um conjunto de compromissos institucionalizados [que] ... criam regras e regularidade na evolução das despesas e receitas públicas, segundo quase-automatismos que, ao menos em princípio, são radicalmente distintos da lógica da troca mercantil"* (Boyer, 1986:53). Trata-se, portanto, de uma visão do Estado como fator de coesão social. Boyer insiste em que as formas institucionais e os compromissos institucionais e os compromissos institucionalizados são estreitamente interdependentes, de modo que tanto a relação salarial ou a concorrência, por exemplo, têm sobre a gestão das transferências sociais e das despesas públicas, como, por outro lado, *"o direito, os regulamentos e as regras impostas ou autenticadas pelo Estado têm*

positiva, o que envolve o desenvolvimento de “tecnologia de dominação”. Essa perspectiva incorpora explicitamente a contribuição de Foucault. Mas a partir daí Poulantzas segue outro caminho, efetuando o que poderíamos chamar de uma derivação da “ossatura institucional” do Estado a partir das características do processo produtivo no capitalismo, que leva à individualização e ao fracionamento do corpo social. Assim,

um papel freqüentemente determinante na difusão e por vezes até mesmo na gênese das formas institucionais essenciais “ (idem). Com isto, pretende-se romper com o funcionalismo de corte keynesiano, segundo o qual a totalidade dos fatores de crise residiria na inépcia da política econômica. Ao contrário, o Estado “está permanentemente submetido a imperativos contraditórios: de um lado, de sustentar a acumulação, de outro, de legitimação das relações sociais existentes” (idem:106). Assim, ele não seria visto como “vetor central encarregado da regulação consiente do conjunto da sociedade”, mas como “vetor dos compromissos mais essenciais na escala de uma coletividade” (idem:125), com o que “a regulação adota uma visão correspondente muito mais às teorias de Poulantzas que àquelas de Lênin e da ortodoxia marxista contemporânea” (idem:107). Por outro lado a escola da regulação vê, concomitantemente, o Estado como uma entre outras formas institucionais, definindo ao nível do modo de regulação mas não do regime de acumulação (como a relação salarial e a mercantil - cf. Boyer,1986:53). Theret faz uma crítica à visão que têm os regulacionistas do Estado, dizendo que “ela remete, de fato, a uma concepção do Estado como produto de classes sociais constituídas sobre a base de relações estritamente econômicas, concepção que não permite apreender o seu lugar na constituição das classes e que, acantonando-o na superestrutura, conduz igualmente a esquecer de levar em consideração a economia própria a uma tal estrutura social” (Theret, 1988:30). A crítica é, na verdade, dirigida mais a Aglietta (1982) que, segundo o autor, redundaria numa visão dualista, de acordo com a qual todo conflito se localiza nas relações sociais fora do Estado, enquanto que toda a unidade se situa neste. Ou seja, sendo as relações sociais definidas sobre o único sentido da separação e do conflito, o Estado apareceria, enquanto elemento de coesão, como uma entidade capaz de solucionar o conflito e garantir a unidade do sistema. Theret mostra que não apenas existe um princípio organizativo, de coesão social, ao nível das relações sociais fora do Estado, como também que o próprio Estado é eivado de conflitos, posto que se constitui sobre a base da sociedade fundada no conflito (Theret, 1988:30-34). Além disso, Theret critica o uso do conceito de compromisso institucionalizado, conforme se pode extrair do trecho acima citado de Boyer, afirmando que, pelo menos em sua acepção original, ele se referiria a um período específico de desenvolvimento histórico do capitalismo, onde a organização democrática do Estado permitiria esse tipo de relação entre as classes. Assim sendo, o conceito de compromisso institucionalizado não seria capaz de fundar uma teoria do Estado, mas “no máximo de certas formas históricas bem datadas e que remetem a regimes políticos bem particulares” (idem:37). Sinteticamente, toda a crítica

os trabalhos, num quadro imposto pelas relações de produção, são executados independentemente uns dos outros - trabalhos privados -, quer dizer, sem que os produtores tenham de organizar previamente sua cooperação; é então que predomina a lei do valor. Evidentemente, essa estrutura das relações não cria diretamente as formas - individualização - que recobrem esse fracionamento. Ela induz um quadro material referencial, das matrizes espaciais e temporais que são os pressupostos da divisão social capitalista do trabalho, primeiramente no processo produção, no estágio que Marx chama de mecanização e grande indústria. Esse quadro material primeiro é o molde da atomização e do fracionamento sociais incorporados nas práticas do processo de trabalho. Ao mesmo tempo em que pressuposto das rela-

de Theret vai no sentido de desqualificar a idéia de Estado como fator de coesão e de tomá-lo como forma institucional, mas como uma forma institucional básica, definidora do regime de acumulação, tanto quanto a relação salarial ou a relação mercantil. Assim, o Estado deveria ser definido, para o autor, por oposição ao capital e o econômico por oposição ao político, em termos de unidade e de separação, de modo que, se de um lado o econômico detém os meios materiais do político, de outro, este detém a produção e o uso dos meios da violência necessária ao funcionamento do campo econômico. Essa dependência mútua não elimina, por outra parte, o fato de que ambos obedecem a lógicas fundamentalmente diferentes e, mais, de que, na sua lógica específica, o político tem sua própria economia regida pro regras particulares, muitas vezes em concorrência com a "economia imediata" da ordem econômica. É a partir daí que Theret desenvolve a engenhosa construção teórica, explicitada de forma mais completa em seu trabalho de 1990. Mas, mesmo reconhecendo a importância da contribuição de Theret, é preciso deixar claro que sua crítica ao conceito geral de Estado presente nas análises em termos de regulação não é de todo convincente. Em primeiro lugar, por mais que seja válida a crítica à visão dualista de Aglietta, não é possível generalizá-la ao ponto de questionar a idéia de Estado como elemento de coesão social tal como formulada em Boyer, na medida em que lá está presente sua concepção de *"aparelho regulador, no sentido em que ele sustenta uma realidade contraditória no seio de uma certa ordem [que é uma ordem de] ... dominação, a dominação de uma classe ou um grupo de classes"* (Lipietz, s/d:4), de modo que *"a ordem social é, ... ao mesmo tempo, a forma de um consenso sobre interesses comuns (que se condensa no respeito à legitimidade do poder de Estado) e do exercício da dominação por um grupo social particular"* (idem:5 e seg.). Em segundo lugar, *"a força estatal se apresenta desde a origem como expressão do direito... O direito materializa ... ele próprio compromissos entre as classes dominantes, entre elas e seus aliados, e mesmo com as classes dominadas, mesmo com os escravos"* (idem:8), de modo que a idéia de compromissos institucionalizado, ligada ao conceito gramsciano

ções de produção e encarnação da divisão do trabalho, esse quadro consiste na organização de um espaço-tempo simultaneamente contínuo, homogêneo e parcelarizado que é a base do taylorismo... Em suma, o indivíduo, bem mais que criação da ideologia político-jurídica engendrada pelas relações mercantis, aparece aqui como o ponto de cristalização material, ponto focalizado no próprio corpo humano, de uma série de práticas na divisão social do trabalho (Poulantzas, 1978:71 e seg.).

A diferença em relação à derivação de Blanke, Jürgens e Kastendiek (1974) fica explícita no último trecho. Voltarei a isso em seguida. Antes, velamos como entra o Estado nesse processo de individualização.

É nessa individualização que se escora a materialidade institucional do Estado capitalista. Ele inscreve em sua ossatura a representação da unidade (Estado representativo nacional) e a organização-regulagem (centralismo hierárquico e burocrático) dos fracionamentos constitutivos da realidade que é o povo-nação ... Ora, o Estado não é mero anotador dessa realidade econômico-social; é fator constitutivo da organização da divisão social do trabalho, produzindo permanentemente fracionamento-individualização social. Isso faz-se também pelos procedimentos ideológicos: o Estado consagra e institucionaliza

de hegemonia, adquire um conteúdo geral e não historicamente delimitado. Ainda segundo Lipietz, *"o papel econômico do Estado se manifesta primordialmente na produção das condições gerais da divisão do trabalho, ou seja, na construção das infraestruturas (de transporte, de comunicação, de irrigação) e, se a economia é mercantil, na instituição da moeda ... A moeda, qualquer que seja a aceitação unânime, mesmo da parte daqueles para os quais ela simboliza a posição subordinada"* (idem:8 e seg.). Mas se essas observações de Lipietz são suficientes para uma boa defesa do conceito geral de Estado presente na escola da regulação, contra as críticas de Theret, é forçoso reconhecer que elas estão muito longe de dar conta do problema da constituição de uma teoria do Estado a partir da regulação (Lipietz remete, na verdade para uma teoria geral do Estado, cuja viabilidade ainda está para ser comprovada, sem deixar qualquer pista no sentido de uma teoria do Estado capitalista), embora seja possível afirmar que posições tão gerais como as de Boyer e Lipietz deixem em aberto a possibilidade de diferentes teorias desse tipo. Na verdade, é preciso dizer, é o próprio Theret quem avança mais na construção dessa teoria, reformando com isso a própria articulação do conjunto do enfoque regulacionista no que se refere à relação entre capital e Estado.

a individualização pela constituição das mônadas econômico-sociais em indivíduos-pessoas-sujeitos jurídicos e políticos (idem:73).

Assim,

a especialização e centralização do Estado capitalista, seu funcionamento hierárquico-burocrático e suas instituições eletivas implicam um atomização e parcelarização do corpo político nisso que se designa de 'indivíduos', pessoas jurídico-políticas e de sujeitos das liberdades (idem:170).

Por mais que o autor pretenda o contrário, o processo descrito, longe de negar a derivação ao nível da economia mercantil, a referenda. Isto porque, como apontei em outra ocasião (Bolaño, 1994 a), o sentido dessa derivação não é negar o caráter material da dominação estatal burguesa, mas justamente mostrar que o Estado surge da própria contradição de uma sociedade baseada essencialmente na exploração, mas onde, aparentemente, as relações sociais são relações entre indivíduos iguais. Se o Estado tem um papel ideológico (de 'manter as aparências'), isso não elimina seu caráter repressivo e muito menos o caráter positivo da legitimação, que não é outra coisa senão uma das faces do processo de mascaramento do caráter classista do Estado. Ora, se este tem algum papel no processo de individualização do trabalhador, assim como na mercantilização das relações sociais, como insiste Offe, isso se vincula essencialmente àquela função primeira (de força coercitiva extra-econômica) que pode ser derivada ao nível da análise da forma. A insistência de Poulantzas na sua (tímida) contraposição à idéia da derivação do Estado a partir da circulação simples está ligada a uma incompreensão da questão ideológica, que o autor continua a entender segundo a tradição da metáfora da base e superestrutura, na sua versão althusseriana, mesmo neste trabalho de 1978.

Isto em que pese a incorporação que o autor faz do trabalho de Foucault. Mas a compatibilização entre Poulantzas e Foucault só é possível neste caso através de um tour de force que corrige em boa medida o conceito de poder deste último que, como se sabe, concebe a sociedade como constituída por uma malha de micro-poderes que não se reduzem de forma alguma à relação de poder representada pelo estado. Seja como for, a

solução de Poulantzas (que Jessop, 1985, prossegue de forma mais sistemática) é bastante plausível, na medida em que o próprio Foucault pensa em articulação, através de mecanismos gerais e formas de dominação global, das táticas e técnicas de poder localizadas. Poulantzas aceita o fato de que a questão do estado não esgota a do poder, mas defende a idéia de que aquele age de alguma forma sobre o conjunto das instituições que formam os micro-poderes “a fim de lhes consignar uma pertinência de classe e inseri-la na trama dos poderes de classe”, de modo que

o Estado não é um estado no sentido único de concentrar o poder fundamentado nas relações de classe, mas também no sentido em que se propaga tendencialmente em todo poder, apoderando-se dos dispositivos do poder que entretanto o suplantam constantemente (Poulantzas, 1978:50).

Com isso, Poulantzas consegue recuperar a idéia de Foucault de que todo poder ao final das contas, age sobre o corpo humano, traduzindo-a, como no trecho acima, na ação do Estado no sentido da individuação e da fragmentação do corpo social. Como o autor deixa claro, trata-se de acrescentar à sua proposição anterior sobre um “efeito isolamento”, que age basicamente ao nível da ideologia, o lado material da dominação. Permanece, de qualquer forma incólume a velha noção de “aparelhos ideológicos de Estado” do estruturalismo althusseriano.

É interessante notar, por outro lado, que a apropriação poulantziana de Foucault pode servir como contraponto tanto a Habermas quanto aos pós-modernistas. É evidente que a análise da micro-física do poder de Foucault se situa basicamente ao nível daquilo que Habermas chama de *Lebenswelt*⁷, definida em termos opostos à construção ideal deste

⁷ O conceito é desenvolvido pelo autor na sua Teoria da Ação Comunicativa. Partindo, com Durkheim, das mudanças nas bases da integração social assentado em práticas rituais que constituem o núcleo da integração social nas sociedades primitivas, Habermas fala de um processo de racionalização social (de “lingüistização do sacro”) em que a formação do consenso depende cada vez mais da ação comunicativa que passa, assim, a incorporar as funções sociais originalmente cumpridas pela prática ritual e pelo simbolismo religioso. Nesse

processo formam-se as estruturas de um mundo da vida (Lebenswelt) liberto do mito, definido como "um acervo de padrões de interpretação transmitidos culturalmente e organizados lingüisticamente" (Habermas, 1981:172), "um a priori social inscrito na intersubjetividade do entendimento lingüístico" (idem:186). Mas a Lebenswelt não se resume ao "saber de fundo transmitido culturalmente", senão que inclui também o "saber intuitivo", que permite aos indivíduos fazer frente a situações determinadas, e as "práticas socialmente arraigadas" (idem:190). O mundo da vida seria, assim, formado por três componentes estruturais, relacionados a três processos de produção. Mc Carthy resume o ponto com precisão: *"assim pois, aos diferentes componentes estruturais do mundo da vida (cultura, sociedade, personalidade) correspondem processos de reprodução (reprodução cultural, integração social, socialização), aspectos que estão enraizados nos componentes estruturais dos atos de fala (proposicional, ilocutório, expressivo). Essas correspondências estruturais permitem à ação comunicativa cumprir suas diferentes funções e servir como meio adequado para a reprodução simbólica do mundo da vida. Quando essas funções sofrem interferências, produzem-se perturbações no processo de reprodução e os correspondentes fenômenos de crise: perda de sentido, perda de legitimação, confusão de orientações, alienação, psicopatologias, rupturas de tradição, perda da motivação"* (Mc Carthy, 1987 - versão em castelhano que amplia a versão original em inglês de 1978, incluindo um epílogo sobre a Teoria da Ação Comunicativa:466). O autor pensa numa dinâmica evolutiva em que as sucessivas coações impostas pela necessidade de reprodução material da Lebenswelt vão, progressivamente, constituindo mecanismos automáticos de coordenação que não dependem de uma ação comunicativa voltada ao entendimento e que se impõem como imperativos sistêmicos que se, por um lado, facilitam a articulação de respostas aos problemas impostos pela reprodução material do mundo da vida provoca, por outro, um desacoplamento progressivo entre as formas de interação social características deste e as formas de integração sistêmicas. Este processo tem, segundo o autor, dois momentos decisivos: primeiro, a passagem das sociedades primitivas às sociedades tradicionais estatalmente organizadas, quando o poder de Estado *"se diferencia das imagens religiosas do mundo que legitimam a dominação"* e, segundo, o surgimento das sociedades modernas, onde *"os subsistemas economia e administração estatal, especializados, ... se diferenciam daqueles âmbitos de ação que cumprem primariamente tarefas de reprodução cultural, de integração social e de socialização"* (Habermas, 1981:vol.2:238 e seg.). No curso da evolução social há não apenas um progressivo distanciamento entre Lebenswelt e sistema e uma diferenciação estrutural no interior da primeira, mas também uma diferenciação e especialização no interior do sistema que se transforma, por sua vez, em uma segunda natureza, ou seja, que não apenas se desliga das estruturas sociais do mundo da vida, mas que chega a impor-se sobre este em função dos imperativos indispensáveis a uma coesão social cada vez menos ligada ao consenso normativo comunicativamente produzido. Há nesse ponto uma inflexão da tendência que permitiu a superação das imagens míticas do mundo fazendo com que o consenso de base religiosa fosse substituído por processos lingüísticos de formação do consenso. Com o capitalismo, há um processo contrário de deslingüistização,

último, constituída por uma rede complexa de micro poderes, aos quais o autor opõe a sua idéia de resistências localizadas.⁸ Esta constatação nos permite opor à perspectiva habermassiana a alternativa dada pela apropriação marxista de Foucault, seguindo o próprio Poulantzas ou Jessop, para definir, de um lado, por exemplo, a forma como o sistema se apropria dos mecanismos de poder próprios do mundo da vida e os articula numa estratégia global de dominação (o que, evidentemente, não pressupõe a figura de nenhum estrategista), realizando ao mesmo tempo aquilo que Habermas chama de colonização do mundo da vida. Por outro lado, pode-se pensar, na medida em que o sistema articula e dá uma unidade (de forma sempre contraditória) a esses micro-poderes, seja pelo lado de uma racionalização crescente nos termos de Habermas, seja do ponto de vista da expansão da lógica capitalista ao conjunto das relações sociais, em uma estratégia global de resistências localizadas que, na sua pulverização, só servem para dinamizar as formas globais de dominação.

com a construção de meios de controle independizados do processo de formação do consenso através da ação comunicativa dirigida ao entendimento. Na verdade, não se trata propriamente de uma mudança de sentido, já que as duas tendências são constitutivas do processo de racionalização que é a base da teoria habermassiana da evolução social e de sua proposta de *"reconstrução do materialismo histórico"* (vide Habermas, 1976). O que ocorre com o capitalismo, a primeira das sociedades modernas, é a progressiva separação entre ação orientada ao êxito (base da integração sistêmica) da *Lebenswelt* pelo sistema, pela predominância dos meios de comunicação deslingüistizados que substituem a necessidade do entendimento através da ação comunicativa por uma forma de interação que não exige dos sujeitos mais do que um sim ou não diante das pretensões de validade suscetíveis de crítica, como exemplificam os sistemas eleitorais das democracias modernas. Mas a solução final de Habermas redundaria num funcionamento de tipo parsoniano, cujo simplismo pode ser devidamente medido pela leitura do quadro apresentado na página 454 do segundo volume da *"Teoria da Ação Comunicativa"* (Habermas, 1981), onde toda a complexidade das relações entre sistema e mundo da vida se vê transformada em dois fluxos circulares em que a esfera da vida privada se liga ao sistema econômico por intermediação do dinheiro e a esfera da opinião pública ao sistema administrativo por meio do poder. Vide também (Bolaño, 1994 b).

⁸ Não, como corretamente entendeu Eco, 1979, do ponto de vista de uma causalidade unidirecional, mas de um complexo jogo estratégico entre forças que a cada momento inclui um certo consenso por parte dos dominados, no interior de "relações simbólicas reversíveis".

Mas isso significa, de outra parte, uma disputa com um certo pós-modernismo que recupera a contribuição de Foucault a partir da tese da fragmentação do sujeito⁹, para desembocar no niilismo. Nessa linha de raciocínio, Foucault aparece como o anti-Marx e a tese de fragmentação como a negação do conceito marxista de sujeito, esquecendo-se que a idéia de fragmentação já estava presente em Marx, como bem apontou Harvey¹⁰ e como ficou evidente na discussão anterior sobre Poulantzas, que não deixa dúvidas sobre a possibilidade de incorpora-

⁹ Visto como "uma dispersa e descentrada rede de ligações libidinais, esvaziada de substância ética e interioridade física, a efêmera função deste ou daquele ato de consumo, experiência mediática, relação sexual, tendência ou modelo. O sujeito unificado surge então como um remanescente de uma velha época liberal do capitalismo, antes que a tecnologia e o consumismo espalhassem nossos corpos ao vento como tantos bits e pedaços de técnica reificada, apetite, operação mecânica ou reflexo de desejo" (Eagleton, 1985:71).

¹⁰ "Uma altamente organizada divisão técnica e social do trabalho ... é um dos princípios fundadores da modernização capitalista ... particularmente sob as condições da troca, onde os produtores de mercadorias (protegidos pelos direitos de propriedade privada) podem explorar as possibilidades de especialização no interior de um sistema econômico aberto ... É precisamente nesse contexto que o individualismo possessivo e os criativos empreendimentos, inovação e especulação podem florescer, mesmo que isso também signifique a proliferação da fragmentação de tarefas e responsabilidades e uma necessária transformação das relações sociais ao ponto em que os produtores são forçados a ver os outros em termos puramente instrumentais" (Harvey, 1989:103). Harvey considera em seguida a relação entre capital e trabalho assalariado e a divisão do trabalho no interior do processo produtivo, para mostra que "a idéia de otherness é produzida e reproduzida numa base contínua na sociedade capitalista" e que a "anarquia na divisão social do trabalho é substituída pelo despotismo" no local de trabalho, concluindo que "essa fragmentação ... é reforçada pela perda de controle sobre os instrumentos de produção", processo em que "o trabalhador individual se empobrece em poderes produtivos individuais para tornar o trabalhador coletivo, e através dele o capital, rico em poder produtivo social" (Harvey, 1989:105, citando Marx)

O autor conclui, citando "o Manifesto", que essa fragmentação não se limita aos produtores diretos, mas se estende a todas as formas de trabalho assalariado, avançado em seguida que o processo de "destruição criadora" e o imperativo da inovação não fazem senão reforçar essa tendência, destruindo trabalhos especializados, criando instabilidade e insegurança, para finalizar o ponto com a célebre frase de Marx: "todos os meios para o desenvolvimento da produção se transformam em meios de dominação sobre e de exploração dos produtores; eles mutilam o trabalhador transformando-o em um fragmento de homem ..." (Harvey, 1989:106).

ção da contribuição de Foucault pelo pensamento marxista e sobre o fato de que a problemática da fragmentação do sujeito já estava presente em Marx e não constitui nenhuma particular novidade histórica como poderiam pretender alguns, mas faz parte de uma tendência inerente à expansão capitalista.¹¹

Seja como for, fica aqui explicitada a possibilidade de se buscar uma compatibilidade entre a derivação e Poulantzas. O interesse dessa compatibilização, do ponto de vista da derivação, reside, por um lado, na possibilidade que ela abre de incorporação da importante contribuição de Foucault e, por outro, na capacidade que tem Poulantzas de apontar a contradição no interior do próprio aparelho de Estado, o elemento unificador e organizador das diferentes frações da classe dominante, constituindo o "bloco no poder" sob o comando da "fração hegemônica" num processo de lutas internas que se cristalizam na conquista de aparelhos que representam mais adequadamente os interesses de uma determinada fração, permitindo mesmo a representação de determinadas "demandas sociais", seja em função dos interesses estratégicos de frações do bloco no poder, seja pela própria incorporação no

11 A questão que permanece é se de fato, como pensam os pós-modernistas de um modo geral, a ideologia humanista do sujeito burguês do capitalismo liberal deixou de cumprir qualquer papel na articulação do sistema a nível ideológico, diante daquele sujeito absolutamente descentrado e fragmentado que seria a marca fatal do capitalismo contemporâneo. Segundo Terry Eagleton, *"o sujeito burguês humanista não é de fato simplesmente parte de uma história ... que nós possamos alegremente ou resolutamente deixar para trás: se ele é um modelo crescentemente desapropriado em certos níveis de subjetividade, permanece potencialmente relevante em outros. Consideremos, por exemplo, a condição de ser um pai e um consumidor simultaneamente. O primeiro papel é governado pelos imperativos ideológicos de ação, dever, autonomia, autoridade, responsabilidade, o último, se não completamente livre de tais censuras, coloca-as significativamente em questão... O sujeito do capitalismo tardio, em outras palavras, não é nem simplesmente o ... agente...da ideologia humanista clássica, nem meramente uma rede descentrada de desejos, mas um amálgama contraditório dos dois. A constituição de tal sujeito nos níveis ético, jurídico e político não apresenta uma continuidade completa em relação a sua constituição como consumidor ou como unidade da cultura de massa ... muitos sujeitos vivem cada vez mais nos contraditórios pontos de interseção entre essas duas definições"* (Eagleton, 1985:71 e seg.).

interior do aparelho de Estado de setores subordinados, de alguma forma identificados com a luta das classes dominadas. Assim, a luta de classes se inscreve na própria materialidade institucional do Estado que fica, desta forma, determinada não só a nível estrutural, como acabamos de ver, mas também por essa luta. Há nesta perspectiva de Poulantzas uma clara ruptura com sua posição estruturalista anterior, em favor de uma interessante análise que relaciona determinantes estratégicos e estruturais, permitindo apreender de forma bastante fina a dinâmica concreta dos diferentes Estados nacionais.

RESUMO

Este artigo foi especialmente produzido para uma disciplina sobre Teoria do Estado ministrada pelo autor no NPPCS/UFS. Seu objetivo é, em primeiro lugar, complementar a apresentação do debate alemão sobre a derivação do Estado, publicada em livro pelo DEE/UFS, tratando mais especificamente do tema da autonomia relativa e limites. Com isso, chegamos à fronteira da contribuição do debate alemão e a um ponto central da análise poulantziana. Na segunda parte analisa-se justamente a possibilidade de uma aproximação entre a derivação e Poulantzas para o avanço da teoria marxista do Estado no capitalismo.

Palavras-chave: capital, Estado, derivação, autonomia relativa.

ABSTRACT

This article was specially produced for a course in State Theory, presented in the NPPCS/UFS. His objective is, first, complementing the exposition of the German debate on the State derivation from capital, published in a book from the UFS Department of Economics, treating more specifically the subject of relative autonomy and limits. With this, we arrive to the frontiers of the German debate contribution and to a central point of the Poulantzian analysis. In the second part, I discuss specifically the interest in an articulation between derivation theory and Poulantzas for developing Marxist capitalist State theory.

Key-words: capital, State, derivation, relative autonomy

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTVATER, E. (1972), *Remarques sur quelques problèmes posés par l'intervention étatique*, In Vincent (1975).

_____ da crise, Hobsbawn (1987).

BLANKE, B. , U. Jurgens e H. Kastendiek (1974), *On the current discussion on the analysis form and function of the bourgeois State*, in Holloway e Picciotto (1977).

BOLAÑO, C. R. S., (1993), *Capital, Estado, Indústria Cultural*, UNICAMP, Campinas, Mimeo.

_____ (1994), *Da derivação à regulação: para uma abordagem da Indústria Cultural*, Aracaju, mimeo.

_____ (1994 b), *Considerações sobre a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas*, UFS, Aracaju, mimeo.

BONEFIELD, W.(1987), *Reformulation of State Theory*, Capital and Class, 33, London.

BOYER, R. (1986), *La théorie de la régulation: une analyse critique*, La Découverte, Paris.

EAGLETON. T. (1985), *Capitalism, Modernism and Postmodernism*, New Left Review, 152, jul.-ago.

ECO, U. (1979), *A língua, o poder, a força*, in Eco (1983).

_____ (1983), *Viagem na irreabilidade cotidiana*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1984.

HIRSCH, J. (1974), *The State apparatus and social reproduction* in Holloway e Picciotto(1977).

_____ (1983), *The Fordist Security State and new social movements*, Kapitalstate, 10/11.

HABERMAS, J. (1976), *Para a reconstrução do materialismo histórico*, Brasiliense, São Paulo, 1990.

_____ (1981), *Teoria de la acción comunicativa*, Taurus, Madrid, 1987, 2º vol.

HARVEY, D. (1989), *The condition of Posmodernity*, Brasil Blackwell, Cambridge U.P.

HOBSBAWN, E. J. (1987), *História do marxismo*, vol. 8, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

HOLLOWAY, J. e S. Picciotto (1977), *State and Capital: a marxist debate*, Edward Arnold, London.

JESSOP, B. (1977), *Recent theoris of the capitalist State*, Cambridge Journal of Economics, 1.

_____ (1988), *Regulation theory, post Fordism and the State*, Capital and Class, London.

LIPIETZ, A. (s/d), *Caractères séculaires et conjoncturels de l'intervention économique de l'intervention économique de l'Etat*, mimeo.

MCCARTHY, T. (1987), *La teoria crítica de Jurgen Habermas*, Tecnos, Madrid.

POULANTZAS, N. (1974), *Las clases sociales en el capitalismo actual*, Siglo XXI, Mexico, 1978.

_____ (1978), *O Estado, o poder, o socialismo*, Graal, Rio de Janeiro, 1981.

PRADO, S.R.R. (1985), *Teoria do Estado e formas de atividade estatal* in "Descentralização do aparelho de Estado e empresas estatais", dissertação de mestrado, UNICAMP, Campinas.

OFFE, C. (1984); *Problemas estruturais de Estado capitalista*, Tempo Universitário, Rio de Janeiro.

SALAMA, P. (1979), *El Estado capitalista como abstracción real*, in *Críticas de Economía Política*, 12/13.

THERET, B. (1979), **Implicaciones teóricas de uma concepción del Estado capitalista como relación social**, in *Críticas de la Economía Política*, 12/13.

_____ (1989), **Régimes économiques de l'ordre politique**, tese de doutoramento, Universidade de Paris 1, mimeo.

_____ (1991), **Régulation et topologie du social**, IRIS-TS, Un.Paris-Dauphine, jul. mimeo.

_____ (1992), **Régimes économiques de l'ordre politique**, PUF, Paris.

VINCENT, J. M., org. (1975), **L'Etat contemporain et le marxisme**, Maspero, Paris.